

ID: 105107681

11-05-2023

Lex

RICARDO ANDRADE AMARO SÓCIO DA MORAIS LEITÃO

# Energia “é setor muito exposto às alterações no ambiente político”

**Ricardo Andrade Amaro, sócio da Moraes Leitão, explica como foi feita a assessoria jurídica aos recentes aumentos de capital da EDP e da EDPR, uma das maiores operações do 1.º trimestre deste ano na Europa.**

JOÃO MALTEZ  
jmaltez@negocios.pt

**F**oi uma das maiores operações em volume e em complexidade realizadas na Europa no primeiro trimestre deste ano. Falamos dos recentes aumentos de capital da EDP e da EDP Renováveis (EDPR), que envolveram várias jurisdições e investidores institucionais, como o fundo soberano do Estado de Singapura. Ricardo Andrade Amaro, sócio da Moraes Leitão, sociedade de advogados que coordenou este processo, explica ao Negócios como foi levado a cabo esta operação. Fala ainda do setor energético em Portugal e explica que, por ser estrutural para o país, está “muito exposto às alterações no ambiente político”.

**O que diferenciou os recentes aumentos de capital da EDP e da EDPR, ambos de mil milhões de euros, das comuns operações deste género?**

Nestas operações, estamos a falar de aumentos de capital decididos pelos respetivos órgãos de administração, com exclusão de direitos de preferência dos demais acionistas.

**O que é que isso permitiu?**

Com o apoio dos bancos assessores, permitiu realizar num curto espaço de tempo operações de colocação das ações junto de investidores institucionais pré-selecionados com os quais tanto a EDP como a EDPR haviam negociado previamente os principais termos deste investimento.

**Que tipo de trabalho jurídico preparatório foi preciso fazer?**

Essencialmente estamos a falar de trabalho de estruturação no domínio do direito societário português e espanhol – a EDPR é uma sociedade espanhola com ações admitidas à negociação na Euro-next Lisbon – e de mercado de capitais. Isto, para assegurar que as principais características da oferta e a sequência de passos a dar no calendário cumprem as regras de “corporate governance” e de regulação dos mercados de capitais aplicáveis.

**Que desafios estiveram associados a esta operação?**

Um dos principais desafios, que não havia ainda sido tentado entre nós, foi o de ter compromissos firmes de investimento por parte de investidores institucionais pré-selecionados.

**As novas ações foram colocadas junto de investidores institucionais, o que obrigou a lidar com legislação de diversas jurisdições. Como é que esse trabalho foi desenvolvido?**

O trabalho que se efetuou de despiste de eventuais restrições ao investimento nas ações da EDP ou da EDPR pelos investidores institucionais foi desenvolvido através de parcerias com escritórios de advogados internacionais, que asseguraram a conformidade das ofertas com a regulação nessas jurisdições de relevo, tais como, por exemplo, os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Singapura.

**Que simbolismo tem a entrada do fundo soberano do Estado de Singapura nesta operação?**



**Para os advogados, o principal desafio está na complexidade da legislação e regulamentação do setor energético [...]. Trata-se de um setor muito exposto às alterações no ambiente político. [...] É estrutural para qualquer país.**

Penso que foi o primeiro grande investimento do fundo soberano do Estado de Singapura numa empresa de base nacional. Isso só por si tem algum simbolismo e pode vir a ser um catalisador de mais investimento para Portugal.

**Em termos de mobilização de meios, que trabalho teve de ser feito?**

Foram mobilizados muitos meios humanos para trabalhar na transação em quase exclusividade durante cerca de dois meses. Isto, porque, apesar de as ofertas serem duas e envolverem dois emitentes de países diferentes, elas têm inevitavelmente vasos comunicantes e todo o trabalho teve de ser pensado e executado como se de uma única transação se tratasse.

**Com que outros “players” tivemos de trabalhar?**

A estruturação das ofertas, isto é, a forma jurídica que se escolhe para implementar as ofertas e o calendário ou a sequência de eventos que têm de ser cumpridos, constituíram a parte mais substancial do trabalho. Este fluxo de trabalho envolveu a participação dos bancos assessores da EDP e da EDPR, da Moraes Leitão, assim como da KWM em Madrid (assessores da EDPR em direito societário espanhol) e dos escritórios de Madrid e Lisboa da Uría Menéndez (assessores dos bancos). Tivemos ainda de trabalhar com um conjunto de sociedades internacionais e portuguesas que assessoraram os investidores institucionais.



ID: 105107681

11-05-2023



**[A capitalização da EDP] foi o primeiro grande investimento do fundo soberano do Estado de Singapura numa empresa de base nacional. Só por si pode vir a ser um catalisador de mais investimento para Portugal.**

nais na negociação dos respetivos acordos de investimento, um outro fluxo de trabalho completamente distinto.

**A coordenação esteve a cargo da Morais Leitão.**

O trabalho da Morais Leitão foi o de coordenar todos os fluxos de trabalho e, em particular, assegurar a negociação dos principais instrumentos jurídicos das duas operações de aumento de capital, com destaque para os acordos de investimento.

**O setor da energia não prescinde, até por força da legislação muito específica a que está sujeita, do apoio dos advogados também eles especializados. Como classificaria a advocacia**

**que se faz em Portugal neste âmbito?**

Desde há cerca de 20 anos, tem assistido a um enorme crescimento no desenvolvimento das energias renováveis, sobretudo energia eólica, hídrica e, mais recentemente solar. Pode mesmo dizer-se que Portugal e a indústria portuguesa foi pioneira no investimento e desenvolvimento de projetos de energias renováveis com escala.

**O que se refletiu também no setor da advocacia?**

Esta realidade fez com que alguns escritórios de advocacia em Portugal tenham adquirido muita experiência no setor da energia e, em particular, no setor da energia renovável e que a prática jurídica desses escritórios seja hoje muito

sofisticada e comparável aos melhores escritórios internacionais. Esta experiência estende-se a projetos complexos, nas mais variadas vertentes, nomeadamente regulatória, de projeto e transacional. A própria Morais Leitão beneficiou de forma singular e mesmo única dessa experiência e desse crescimento da indústria.

**Quais são os principais desafios com que se confrontam os advogados que trabalham neste setor?**

Diria que o principal desafio está na complexidade da legislação e regulamentação do setor energético. Por outro lado, trata-se de um setor muito exposto as alterações no ambiente político, o que se compreende, por ser um se-

tor estrutural para qualquer país.

**Há alguns atores do setor energético que começam a falar numa aposta excessiva em mais investimentos nas renováveis, nomeadamente na fotovoltaica e eólica "offshore". Faz sentido?**

Penso que não. O investimento nas energias renováveis é chave para Portugal assegurar a transição energética para um sistema menos dependente de combustíveis fósseis e com menos emissões de CO<sub>2</sub>. No entanto, o crescimento da capacidade instalada deverá ser acompanhado de soluções como o armazenamento de energia, interligações internacionais, melhorias nas redes e "demand side management" (entre outras)

de forma a assegurar que existem incentivos corretos do ponto de vista económico e de política energética para a produção de energia elétrica e, sobretudo, que não sejam feitos investimentos desnecessários.

**E o chamado hidrogénio verde? Justifica a aposta que está a ser feita?**

O hidrogénio verde poderá vir a ser um elemento extremamente importante para a indústria de manufatura operar de forma mais limpa e eficiente e uma tecnologia indispensável na armazenagem de energia. Neste momento, porém, tendo em conta a fase embrionária da tecnologia não é possível fazer previsões de que tal venha, ou quando venha, a acontecer. ■